EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACAMBI – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 0009713-76.2020.8.19.0039

OURENSE DO BRASIL INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE METAL LTDA. – Em Recuperação Judicial, BTF METALÚRGICA LTDA – Em Recuperação Judicial, BOTAFOGO 31 UTILIDADES DE LAZER EIRELI – Em Recuperação Judicial e NAWA COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE PRODUTOS PARA LAR E LAZER LTDA – Em Recuperação Judicial, Recuperandas, vêm, respeitosamente, perante V.Exa., por seus advogados que subscrevem a presente, diante da decisão de fls. 7.394/7.396, informar e requerer o que se segue:

I

AUSÊNCIA DE EXPRESSA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. Consoante se depreende da decisão de fls. 7.394/7.396, este d. juízo se manifestou no item “3” se acerca da dispensa de CND para a concessão da recuperação judicial das Recuperandas, conforme abaixo:

“(…)3- Quanto a dispensabilidade de Certidões negativas de débitos fiscais, entende a jurisprudência pátria que os princípios que norteiam a recuperação judicial, tais como os princípios da preservação da empresa, a função social e o estímulo à atividade econômica, são capazes de afastar a exigência do art. 57 da Lei de Falências e Recuperação Judicial (Lei n. 11.101/2005). PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO. VIABILIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS QUE AUXILIEM NESTA FASE. 1. Trata-se de controvérsia em torno da participação de empresa em recuperação judicial em procedimento licitatório e a nova Lei de

Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005). 2. O STJ vem entendendo ser inexigível, pelo menos por enquanto, qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público. Nos feitos que contam como parte pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial, a jurisprudência do STJ tem-se orientado no sentido de se viabilizarem procedimentos aptos a auxiliar a empresa nessa fase. Precedentes: AgRg no AREsp 709.719/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 12.2.2016; REsp 1.173.735/RN, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 9.5.2014; AgRg na MC 23.499/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Rel. p/ Acórdão Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19.12.2014.3. Levando-se a uma interpretação sistemática de ambas as legislações - Lei 8.666/1993 e 11.101/2005 -, pode-se concluir que, preservando o interesse da coletividade com ações no sentido de avaliar se a empresa em recuperação tem condições de suportar os custos da execução do contrato e também resguardando a função social da empresa, é possível conciliar os dois entendimentos. 4. Agravo Interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp n. 1.940.775/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/6/2022, DJe de 29/6/2022.) Assim, defiro a dispensa, por ora da apresentação de CND (...)"

2. Em complemento no item "5" afastou as alegações trazidas pelos credores, por ocasião da juntada dos Termos de Adesão, nos seguintes termos:

"5- Quanto às oposições da Caixa Econômica Federal fls.6.822/6.824, BANCO DAYCOVAL de fl. 6.850, Bradesco às fls. 6.872/6.883, CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S.A. às fls. 6.885/6.889, BRASKEM S.A. às fls. 6.901/6.903 e a AMI S.R.L AUTOMACIONEMECCANICA INDUSTRIALE fls 6.891/6.899 somente merece prosperar tese aventada pela última, em seu inciso IV, visto que a previsão legal é para decretar a falência em caso de descumprimento de qualquer cláusula do plano de recuperação. Assim, acolho a manifestação do AJ como fundamento e deixo de acolher as oposições acima descritas, visto que não condizem com a legislação pátria, acolhendo somente parcialmente a oposição AMI S.R.L AUTOMACIONE MECCANICA INDUSTRIALE, para declarar a nulidade da cláusula nº 10 do plano de recuperação, visto que não há previsão legal, devendo em causa de

descumprimento ser aplicado o art. 61, §1º c/c 73, III, da LFRE dispõe expressamente que o descumprimento do plano enseja, invariavelmente, a convalidação do feito em falência."

3. Portanto, como se denota da decisão retro mencionada, o afastamento da exigência do art. 57 da Lei 11.101/2005 (LRF) pressupõe a homologação do Plano de Recuperação Judicial e a consequente concessão da Recuperação judicial. Entretanto, tal determinação é apenas implícita, não constando especificamente do *decisum*, o que se faz necessário.

4. É imperativo que a decisão judicial que homologa o plano e recuperação judicial e concede a recuperação judicial contenha expressamente essas informações, pois é a partir da publicação oficial dela que as Recuperandas poderão dar cumprimento ao Plano de Recuperação judicial, quitando as obrigações assumidas junto aos seus credores, como inclusive prevê a cláusula 6.1.4 do Plano de Recuperação judicial adiante copiada:

6.1.4. TERMO INICIAL DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

O início da contagem do prazo para pagamentos aos credores, bem como de eventual carência prevista, será a partir do trânsito em julgado da decisão homologatória pelo juízo competente do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), exceto para o caso dos créditos ilíquidos e/ou controvertidos de quaisquer das classes de credores, cujo termo inicial será a publicação de decisão judicial sem recurso que julgar pedido habilitação de crédito e/ou impugnação de crédito.

5. A menção expressa à homologação do plano de recuperação judicial e concessão da recuperação judicial é ainda necessário para fins de encerramento do próprio processo recuperacional, como prevê o art. 61 da LRF abaixo reproduzido para maior comodidade:

"Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o juiz poderá determinar a manutenção do devedor em recuperação judicial até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no plano que vencerem até, no máximo, 2 (dois) anos depois da concessão da"

recuperação judicial, independentemente do eventual período de carência.”

6. Não havendo indicação expressa da homologação do plano de recuperação judicial e concessão da recuperação judicial não há segurança jurídica quanto ao que foi efetivamente decidido, o que pode gerar tumulto processual e insegurança jurídica aos credores e Recuperandas.

II

DA BAIXA DAS ANOTAÇÕES JUNTO AOS CARTÓRIOS DE PROTESTOS E CADASTROS DE INADIMPLENTES

7. Por ocasião da homologação do plano de recuperação judicial e concessão da recuperação judicial, faz-se necessária a baixa das anotações junto aos cartórios de protestos e cadastros de inadimplentes.

8. Tal baixa é consequência lógica da novação ocorrida diante da homologação do plano de recuperação judicial e concessão da recuperação judicial, nos termos do art. 59 da LRF¹, portanto, necessário que o *decisum* determine a baixa das inscrições e protestos referentes aos títulos sujeitos à recuperação judicial, conforme fundamentação apresentada no petitório de fls. na petição de fls. 6905/6933 (especificamente 6931/6932).

III

DOS PEDIDOS

9. Assim sendo, reiteram-se os pedidos realizados na petição de fls. 6905/6933 requerendo que o *decisum* de fls. 7.394/7.396 seja complementado com a competente manifestação deste d. Juízo sobre:

- (i) A homologação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Ourense, composto pelas sociedades OURENSE DO BRASIL INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE METAL LTDA. – Em

¹ Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei.

Recuperação Judicial, BTF METALÚRGICA LTDA – Em Recuperação Judicial, BOTAFOGO 31 UTILIDADES DE LAZER EIRELI – Em Recuperação Judicial e NAWA COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE PRODUTOS PARA LAR E LAZER LTDA– Em Recuperação Judicial juntado às fls. 2780/2921 dos autos, nos termos do art. 56-A c/c 58 da LRF e a concessão da recuperação judicial nos termos do art. 58 da LRF; e

- (ii) A expedição de ofício ao SPC², Serasa³ e Tabelionatos de Protestos, para que efetuem a baixa de inscrições em nome das Recuperandas e de seus sócios, bem como de protestos de títulos existentes em cartórios, referentes a créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial.

Termos em que,
Pedem deferimento.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2022.

Bruno Luiz de Medeiros Gameiro
OAB RJ nº 135.639

Luciana Abreu dos Santos
OAB RJ nº 124.353

Alessandra Cristina de Araujo Coelho
OAB RJ nº 165.77

² Av. Almirante Barroso, 6 - 6º andar - Sala 601, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-000 ou via SISTCADPJ pelo cadastro vinculado ao CNPJ nº 34173682000318, em nome de CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (SPC BRASIL).

³ Rua da Assembleia, 10- Sala 2.613 - 26º Andar - Ed. Candido Mendes, Centro - CEP: 20011-901 ou via SISTCADPJ pelo cadastro vinculado ao CNPJ nº 62173620000180, em nome de SERASA S A (SERASA EXPERIAN).